

Despir um santo...

DANILO SERAFIM

Mais uma vez o Governo utiliza-se de medidas precipitadas para camuflar os seus atávicos problemas. Desta feita, ao final do mês de maio, ato oficial convoca numa precisão de 48 horas cerca de oito mil professores da rede estadual que exercem atividades extraclasse e de regência de turmas para cobrir carência docente na Baixada Fluminense, sob a ameaça de suspensão de pagamento. Respalado no amplo acesso à mídia, o poder recorre a desgastados chavões, como "lugar de professor é na sala de aula" e outras mesmices.

O Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação esclarece que sempre combateu a cessão de professores para atuarem em funções que não estejam exclusivamente relacionadas ao universo da educação. Se distorções existem, são poucas e devem ser equacionadas. Mesmo porque o Governo sempre se utilizou desse artifício para satisfazer suas premências, transformando profissionais em verdadeiros brinquedos.

Agora, relatar professores que exercem funções administrativas-pedagógicas traduz-se na inviabilização da conclusão do ano letivo de várias escolas da rede.

Audiência com o secretário Hésio Cordeiro comprovou tal fato, tanto que o Governo optou pelo congelamento do ato, sendo acordado que ninguém seria transferido até que a equipe técnica do Governo analisasse o quantitativo das escolas a partir dos

seus projetos político-pedagógicos.

Por outro lado, estranha-se o silêncio do Governo em discriminar a atual lotação dos citados desviados de função. Fala-se muito no exercício de cargos em gabinetes de deputados estaduais, vereadores e órgãos afins.

É óbvio que para a concretização dessas lotações existe o aval dos órgãos receptores, fato que implica a concordância tácita do poder, mas que, pelo jeito, não merece alarde.

Concurso realizado em novembro do ano passado habilitou cerca de dez mil professores que esperam convocação. O secretário Hésio Cordeiro, estranhamente, já que admite a carên-

cia, não admite a convocação imediata de todos os convocados do último concurso. Concurso para profissionais administrativos não está sendo cogitado. Não há previsão para o aumento de salário. Existe somente uma promessa do governador Anthony Garotinho, divulgada em audiência com o Sepe, em maio, de incorporar ao piso salarial um dos dois

abonos recebidos atualmente pelos professores e funcionários. O que é muito pouco para estancar a evasão dos profissionais de educação da rede.

A política educacional do Governo parece calcada no velho dito popular: despir um santo para vestir o outro. Ou seja, o de não querer resolver o grave problema da falta de professores e funcionários em toda a rede estadual.

Se distorções
existem, são
poucas e
devem ser
equacionadas

DANILO SERAFIM é coordenador-geral do Sepe/RJ.